

APROVADO EM : 17/03/21

**ENVIADO AO EXECUTIVO EM :
18/03/21**

PROJETO DE LEI Nº17/2021, DE 10 DE MARÇO DE 2021

Autoriza o Poder Executivo Municipal a contratar temporariamente servidores.

NILTON JOSÉ VALENTINI, PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT DO SUL, Estado do Rio Grande do Sul,

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, emergencialmente, por excepcional interesse público, pelo prazo máximo de 12 meses, 01 agente comunitário de saúde, Área 01, Micro Área 03, para suprir a demanda da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, emergencialmente, por excepcional interesse público, pelo prazo máximo de 12 meses, 01 agente comunitário de saúde, Área 01, Micro Área 06, para suprir a demanda da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente.

Art. 3º - Os vencimentos mensais a ser percebido pelo servidor contratado serão iguais ao valor do padrão referencial de que trata a legislação municipal.

Parágrafo único: O reajuste dos vencimentos ocorrerá nas mesmas épocas e nos mesmos percentuais do que os concedidos para os demais servidores do Município.

Art. 4º - O contrato terá natureza administrativa, sendo garantido ao servidor jornada de trabalho, férias e 13º salário, integrais e proporcionais, inscrição no regime geral de previdência social.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENJAMIN CONSTANT DO SUL, aos 10 dias do mês de março de 2021.

Nilton José Valentini
Prefeito

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem a finalidade de autorizar o Poder Executivo Municipal a contratar, temporariamente e emergencialmente, 02 agentes comunitários de saúde para suprir a demanda da Área 01, Micro Área 03, Barras Secas e Rio Pinheiro, e Micro Área 06, Sede e Linha Sutili, da Secretaria de Saúde e Meio Ambiente, visto que os agentes que desempenhavam as funções nos locais indicados encerraram os contratos emergências.

Essas contratações visam atender a demanda dos serviços públicos no início de mandato, no local indicado, que é temporária, e tão logo seja vencida, deixará de ter tal necessidade, ou, em continuando, o Município deverá providenciar as adequações conforme a legislação em vigor.

Assim, solicitamos, mais uma vez, a sensibilidade dos vereadores para apreciação e aprovação do presente projeto de lei.

Nilton José Valentini
Prefeito